



**REQUERIMENTO DE Nº 122, DE 2012
(Do Sr. Domingos Dutra)**

Requeiro, nos termos regimentais, o encaminhamento de pedido de informação aos Ministros da Justiça, do Meio Ambiente, da Saúde e de Minas e Energia, acerca da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no Estado do Pará.

Justificativa

Solicito as seguintes informações para que possam subsidiar diligência desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias, que será realizada em Altamira, Estado do Pará.

À FUNAI – Ministério da Justiça

1. Informe parecer sobre atendimento de cada uma das condicionantes incorporadas no parecer técnico número 21 de setembro de 2009 para a implantação da UHE de Belo Monte.
2. Detalhe definição e aplicação de “Plano Emergencial” para os povos indígenas atingidos pela usina. Especifique atividades, cronograma, vigência e justificativa do Plano.
3. Explique porque a Funai emitiu parecer favorável à emissão da licença de instalação da UHE de Belo Monte sem ter aprovado o PBA pertinente aos povos indígenas atingidos pelo empreendimento.
4. Informe detalhadamente mecanismos de fiscalização e controle por parte da Funai sobre atendimento de condicionantes e implantação do PBA indígena. Remita relatórios e pareceres oficiais do acompanhamento realizado pela Funai.
5. Descrever detalhadamente os programas de atenção à população indígena presente na Volta Grande do Xingu, área denominada pelo empreendimento como Trecho de Vazão Reduzida (TVR). Informar ações previstas no PBA, cronograma e recursos previstos e em aplicação.

Ao IBAMA – Ministério do Meio Ambiente

6. Informe parecer técnico sobre as condicionantes atualmente vigentes no processo de licenciamento ambiental a partir das primeiras 40 condicionantes incorporadas na licença prévia da UHE de Belo Monte.
7. Informe parecer técnico sobre o atendimento de cada uma das condicionantes consideradas vigentes pelo Ibama.
8. Explique tecnicamente porque o Ibama emitiu a licença de instalação do empreendimento sem a aprovação do PBA indígena.



9. Informe os motivos técnicos que levaram ao Ibama a impor multa de sete (7) milhões de reais à Empresa Norte Energia S.A no mês de fevereiro de 2012. Especifique se a referida multa foi paga pela empresa e se as razões que a motivaram continuam, ou não vigentes.
10. Descreva os mecanismos de participação efetiva e independente que tem a população atingida para manifestar ao Ibama suas reclamações sobre a implementação do empreendimento e das medidas de mitigação e compensação.
11. Informe parecer técnico sobre as condições de vida dos moradores da Volta Grande do Xingu que devem ser mantidas na área denominada “Trecho de Vazão Reduzida” para justificar seu reassentamento. Quais os critérios do Ibama para exigir a remoção desse lugar das famílias que ali moram?

A SESA – Ministério da Saúde

12. Taxa de mortalidade infantil no DSEI Altamira para os anos de 2009, 2010 e 2011.
13. Ocorrência das principais doenças durante os anos de 2009, 2010 e 11. Como mínimo, informação sobre a taxa de incidência de doenças e as endemias transmissíveis e mortalidade proporcional por doença diarreia aguda em menores de cinco anos de idade.
14. Número de crianças menores de um ano de idade vacinadas com a vacina tetravalente durante os anos de 2009, 2010 e 2011, bem como durante o primeiro trimestre de 2012.
15. Número de profissionais da saúde por categoria contratados para o DSEI durante os anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.
16. Número de pólos base funcionando no DSEI para o primeiro semestre de 2012.
17. Quais as ações da Secretaria para efetivar a adequada prestação dos serviços de saúde para os povos indígenas diante da identificação do aumento populacional nos municípios de Altamira e Vitoria do Xingu e os problemas de sobre carga dos equipamentos de saúde destes municípios?

Ao Ministério das Minas e Energia

18. Por que motivos as ações antecipatórias relativas a saúde, educação, segurança pública e saneamento básico, que deviam ter sido implementadas antes do inicio das obras da Usina para preparar a região para a recepção de milhares de pessoas atraídas pelo empreendimento, ainda não foram plenamente cumpridas. Especificar cronograma e recursos previstos para atender as ações antecipatórias por cada um dos setores.
19. Diante do evidente descompasso entre o cumprimento das ações antecipatórias, o inicio das obras e o aumento populacional da região, especificar quais as ações emergenciais para atender as situações relativas a saúde, saneamento básico e segurança pública.
20. Informar sobre o projeto de reassentamento rural e urbano para as famílias atingidas pela área de alagamento dos reservatórios da Usina. Detalhar áreas



disponibilizadas e condições de reassentamento oferecido às famílias atingidas.

21. Informar sobre a implantação de mecanismo de transposição de embarcações que deve garantir o acesso fluvial de ribeirinhos e indígenas moradores da Volta Grande do Xingu e da Terra Indígena Trincheira de Bacajá à cidade de Altamira.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012

Deputado Domingos Dutra – PT/MA